



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º                      , DE 2017**  
**(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Requer informações ao Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços acerca do projeto de construção do TERMINAL PESQUEIRO PÚBLICO - TPP do TAPANÃ, em Belém – PA.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, **Sr. MARCOS PEREIRA**, acerca do projeto de construção do Terminal Pesqueiro Público - TPP do Tapanã, em Belém – PA.

Ressalto que a ordem de serviço para a construção do referido Terminal foi publicada em 2010. No entanto, até hoje, a estrutura física fundamental para atender às necessidades da atividade pesqueira no Estado do Pará, responsável pela segunda maior produção de pescado do País, continua na promessa.

Assim, o presente requerimento visa obter informações, nos seguintes termos:

- Esclarecer as razões pelas quais a estrutura física para atender às necessidades da atividade pesqueira em Belém, no Estado do Pará, não foi concluída, muito embora a ordem de serviço para construção do Terminal Pesqueiro Público –TPP, do Tapanã, em Belém – PA, tenha sido publicada em 31/08/2010;
- Quanto já foi gasto na execução do projeto até a presente data;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Esclarecer se há suspeitas de desvios de recursos públicos destinados ao empreendimento;
- Esclarecer se há algum processo de fiscalização do Tribunal de Contas da União, acerca dos recursos públicos dispendidos na construção do TPP do Tapanã, em Belém – PA.
- Esclarecer se há recursos no orçamento em 2017 desse Ministério destinados à retomada das obras paralisadas há sete anos.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Conforme matéria publicada no jornal O Liberal, de 06 de agosto de 2017, a ordem de serviço para a construção do terminal Pesqueiro Público (TPP) de Belém, localizado no bairro do Tapanã, foi assinada em 30 de agosto de 2010, pelo então Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, durante a segunda gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante a cerimônia, em Belém foi anunciado investimento para as obras no valor de R\$ 34,5 milhões e conclusão do empreendimento, em até 12 meses. No entanto, decorridos 7 (sete) anos, a estrutura física fundamental para atender às necessidades da atividade e fortalecer a cadeia produtiva do pescado no Estado, não foi concluída.

Ao longo dos últimos sete anos, o ex-Ministério da Pesca trocou cinco vezes de comando e dentre essas gestões houve até um representante paraense, mas nenhum deles deu prosseguimento à construção do empreendimento.

A pesca industrial e artesanal constitui um dos sistemas que mais geram emprego e renda na economia local do Pará que tem 562 quilômetros de litoral marinho, o que representa 7% da costa brasileira. O segmento do pescado no Estado do Pará ocupa a segunda posição nacional no ranking dos maiores Estados produtores, perdendo apenas para o Estado de Santa Catarina, no sul brasileiro.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo Rosivaldo Batista, diretor técnico da Central de Abastecimento do Pará (Ceasa) e professor da Universidade da Amazônia, os terminais pesqueiros são espaços vitais para que a pesca artesanal avance no Pará, razão pela qual lamenta a demorada execução do empreendimento tão importante para a atividade no Estado.

O TPP servirá de estímulo à iniciativa privada com diferimento no consumo da energia elétrica, a melhoria na infraestrutura de frios e transportes, e a qualificação da pesca artesanal para o desenvolvimento da aquicultura, além da capacitação de técnicos de todas as esferas do poder público e de piscicultores para a difusão do conhecimento técnico e científico de espécies com domínio tecnológico. Em adição, haverá também a formação dos filhos de pescadores por meio de programas como o Casa Escola da Pesca, entre outros projetos para o desenvolvimento sustentável do setor de pesca no Pará.

Em decorrência da ausência de informações resta-nos perquirir porque essa obra está paralisada há sete anos, se recursos públicos foram desviados, e se há, efetivamente, recursos destinados para retomar as obras paralisadas.

Diante da necessidade do cuidado que devemos ter em zelar pela boa aplicação dos recursos públicos é que solicitamos essas informações e repudiamos a paralização de tão importante empreendimento para a pesca artesanal e industrial no Estado do Pará.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2017.

**Deputado Arnaldo Jordy**  
**PPS/PA**